

PROCESSO - A. I. Nº 279804.0004/06-2
RECORRENTE - F.L.M. DE MATOS (PONTO)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 5º JJF nº 0181-05/06
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 15/12/2006

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0441-11/06

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. As razões recursais são insuficientes para elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal. Comprovado o cometimento da infração. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 5ª JJF, que julgou o Auto de Infração Procedente – Acórdão JJF nº 0181-05/06 – para aplicar multa no valor de R\$690,00, por ter sido constatado que o contribuinte realizou venda de mercadoria a consumidor final sem a emissão do respectivo documento fiscal, apurada mediante auditoria de caixa.

Alegou o recorrente que as razões apresentadas na sua impugnação inicial não foram devidamente consideradas no julgamento de 1ª Instância.

No mérito, disse que a diferença encontrada pelo fiscal autuante “não consiste em nota fiscal representativa de operação de venda de mercadoria, sob a qual incidiria o ICMS”, uma vez que o contribuinte autuado realiza serviços de conserto de celulares e outros aparelhos telefônicos, sujeitos apenas ao ISSQN, fatos que estariam fartamente comprovados pelas cópias da OS – Ordem de Serviço e recibo de pagamento, acompanhadas da 1ª via do comprovante de operação com Cartão de Crédito (docs. em anexo), demonstrando que esta não seria originada por operação de compra e venda de mercadoria, mas de realização de serviço.

Concluiu pedindo a Improcedência do Auto de Infração.

O representante da PGE/PROFIS, na sua manifestação, pontuou que, no Recurso Voluntário interposto, o contribuinte apresenta uma alegação totalmente inovadora, afirmando que as receitas referem-se à venda de serviços não tributados pelo ICMS, porém, embora afirme ter anexada a documentação comprobatória aos autos, esta não consta no PAF.

Entendeu que se operou a preclusão em relação às novas argumentações apresentadas pelo recorrente, mas, anda que se pudesse questionar a aplicação do princípio da verdade material, não existe qualquer comprovação documental nos autos das inovadoras alegações apresentadas pelo contribuinte.

Opinou pela manutenção do lançamento.

VOTO

O presente Auto de Infração trata da exigência de multa, no valor de R\$690,00, prevista no artigo 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, porque o contribuinte teria realizado operações de vendas sem emissão de documentação fiscal correspondente.

Este fato teria sido constatado mediante “auditoria de caixa” (fl. 6), que nada mais é do que um rito sumário de contagem do dinheiro – ou outra forma de pagamento – “em caixa”, cuja soma é confrontada com os documentos fiscais emitidos naquele determinado dia, até aquele momento.

No presente caso, as vendas foram realizadas com pagamento através de cartão de débito, conforme o documento “fechamento terminal” apensado à fl. 5, sendo que o estabelecimento comercial sequer dispunha de talonário, naquele momento.

O recorrente iniciou seu Recurso argüindo que as razões apresentadas na sua impugnação inicial não foram devidamente consideradas no julgamento de 1ª Instância, mas não apontou qual ou quais delas deixaram de ser apreciadas, o que torna inócua esta alegação. Ainda assim, por dever de ofício, examinei a Decisão da 5ª JJF e não encontrei qualquer omissão.

No mérito, conforme dito pelo Representante da PGE/PROFIS, o recorrente inovou ao argumentar que a diferença apurada pelo autuante não estaria sujeita ao ICMS, mas ao ISS, porque decorreria de serviços de conserto de celulares e outros aparelhos telefônicos, porém, não trouxe qualquer prova desta alegação.

Ainda, verificando os dados cadastrais do autuado, vê-se que a sua atividade econômica é de “comércio varejista” (fl.7), e não de manutenção de equipamento de telefonia.

Neste sentido, os art. 142 e 143, do RPAF/99, rezam que a recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária e que a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Pelo que expus, concluo que a Decisão recorrida está perfeita e não merece reparo, e voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, para homologá-la.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279804.0004/06-2**, lavrado contra **F.L.M. DE MATOS (PONTO)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **RS690,00**, prevista no art.42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios estabelecidos a partir da edição da Lei nº 9.837/95.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de novembro de 2006.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PGE/PROFIS